

A C Ó R D ã O Nº 8.836

NATUREZA DO FEITO:
ASSUNTO:

Processo nº 16.129.2012-20-TCE

Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2011.

RESPONSÁVEL:
RELATORA:

Senhor Rosimar Lima de Oliveira

Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo

Prestação de Contas. Câmara Municipal. Concessão irregular de diárias. Não envio de cópia do ato de fixação dos subsídios dos vereadores, bem como do demonstrativo especificando os valores efetivamente pagos. Irregularidade. Condenação do gestor. Ressarcimento. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser devolvido. Aplicação de multa, prevista no art. 89, da LCE nº 38/93. Instauração de Tomada de Contas, com fundamento no art. 44, § 1º, da LCE nº 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, relativa ao exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade de seu Presidente, Senhor **Rosimar Lima de Oliveira**, nos termos do artigo 51, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em razão da concessão irregular de diárias e do não envio de cópia do ato de fixação dos subsídios dos vereadores, bem como do demonstrativo especificando os valores efetivamente pagos; **2)** **condenar** o Gestor ao **ressarcimento** do valor de **R\$ 18.900,00** (dezoito mil e novecentos reais), devidamente atualizado, referente à concessão irregular de diárias, conforme previsto no *caput* do artigo 54 da LCE n. 38/93, **impondo**, ainda, o **pagamento** de multa de **R\$ 1.890,00** (um mil, oitocentos e noventa reais), que corresponde a 10% (dez por cento) sobre o valor a ser devolvido, nos termos do artigo 88, da Lei Complementar Estadual n. 38/93; **3)** **aplicar multa** no valor equivalente a 500 (quinhentas) UPF (Unidade Padrão Fiscal) do Estado do Acre, ou seja, **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), consoante preconizado no artigo 89, inciso II, da Lei Complementar n. 38/93; e **4)** **instaurar Tomada de Contas Especial** com fundamento no artigo 44, § 1º, da LCE n. 38/93, para apurar se os pagamentos realizados a título de subsídio aos vereadores estão em conformidade com o previsto no artigo 39, § 4º, da Constituição Federal. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 24 de abril de 2014

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/ACRE

Conselheira **DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br